

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 16/2011**

Período: 18/06/2011 – 24/06/2011

GEDES – Brasil

- 1- Documentos ultrassecretos I: Dilma Rousseff defende manutenção do sigilo Eterno, mas declara que respeitará decisão do Congresso Nacional
- 2- Documentos ultrassecretos II: colonistas opinam sobre acesso a documentos públicos
- 3- Dilma Rousseff quer votação às pressas para a criação da Comissão da Verdade
- 4- Ação conjunta envolvendo as Forças Armadas pretende reduzir contrabando
- 5- Fuzileiros navais atuam em operação no morro da Mangueira
- 6- General da reserva critica o sucateamento das Forças Armadas
- 7- Documentos da Igreja Católica relatam torturas ocorridas no regime militar
- 8- Cooperação entre Brasil e Colômbia contra o narcotráfico tende a se ampliar

1- Documentos ultrassecretos I: Dilma Rousseff defende manutenção do sigilo eterno, mas declara que respeitará decisão do Congresso Nacional

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, Dilma Rousseff, presidente da República, defendeu no dia 17/06/11 a permanência do sigilo eterno de alguns arquivos oficiais considerados “ultrassecretos”. Rousseff declarou que “a gente toleraria a classificação de ‘ultrassecretos’ para documentos cujo acesso possa ocasionar ameaça à soberania nacional, à integridade do território nacional ou grave risco às relações internacionais do país”, a exemplo de documentos que se refiram ao programa nuclear brasileiro e a exercícios e estratégias militares que envolveram possível combate contra algum país fronteiro. A opinião foi anunciada após a presidente dialogar com os ministérios da Defesa e Relações Exteriores, também contrários à abertura. Após referido diálogo, o ministro da Defesa, Nelson Jobim, pontuou que os documentos relativos às hipóteses de emprego militar das Forças Armadas e segredos tecnológicos estão plenamente protegidos pela Lei de Acesso à Informação, que foi aprovada na Câmara dos Deputados, e estabelece que os documentos ultrassecretos poderão ficar sob sigilo por 25 anos, prorrogáveis por igual período uma única vez. O projeto de lei agora tramitará pelo Senado e, segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, Dilma deverá acatar a Lei que estabelece o fim do sigilo eterno, caso o Senado aprove-a. Ademais, o Senado pretende votar o projeto apenas em setembro, de maneira a permitir que o tema seja discutido na Comissão de Relações Exteriores. Porém, em notícia veiculada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, afirma-se que caso o Senado faça alterações no projeto de lei, e aprobe um substitutivo, a nova proposta deverá obrigatoriamente voltar à Câmara dos Deputados, como expresso na Constituição Federal. Conforme apurado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, a maioria dos senadores é contra a manutenção do sigilo eterno de documentos públicos. Dos 76 senadores ouvidos pelo jornal, 54 disseram ser favoráveis ao projeto aprovado pela Câmara dos Deputados. O projeto precisa de 41 votos para ser aprovado no Senado Federal. Em novas declarações, a presidente da República afirmou que respeitará a decisão do

Congresso Nacional. (Folha de S. Paulo – Poder – 18/06/11; Folha de S. Paulo – Poder – 21/06/11; Folha de S. Paulo – Poder – 23/06/11; Folha de S. Paulo – Poder – 24/06/11; O Estado de S. Paulo – Nacional – 18/06/11; O Estado de S. Paulo – Nacional – 23/06/11)

2- Documentos ultrassecretos II: colonistas opinam sobre acesso a documentos públicos

Em coluna opinativa ao jornal *Folha de S. Paulo*, o colunista Ruy Castro afirmou que a insistência de alguns políticos na manutenção do sigilo eterno de documentos ultrassecretos, principalmente os senadores e ex-presidentes da República José Sarney e Fernando Collor de Mello, levanta a desconfiança de que o país têm “podres horríveis” em seu passado e que ambos os senadores querem poupar a sociedade destes fatos. Castro afirmou que o sigilo eterno já não tem razão para existir, pois os hackers por meio de um clique podem dar vida e dispará-los ao mundo, o que foi demonstrado durante a semana com os ataques aos sites da Presidência da República, Petrobras, Receita Federal e Portal Brasil. Para Castro, “os hoje, Sarney e Collor, aliados do governo PT, estão unidos entre si e em torno de um objetivo comum: trancafiar o passado. Mas se esqueceram de combinar com os hackers”. Nelson Sá, articulista da *Folha*, afirmou que alguns hackers atacaram o site do Senado Federal com o objetivo de protestar contra o sigilo eterno de documentos. Fernando Gabeira também se manifestou a respeito do tema, em coluna opinativa para o jornal *O Estado de S. Paulo*. Gabeira afirmou estranhar o recuo da presidente da República, Dilma Rousseff, uma vez que ela sempre apoiou o projeto aprovado pela Câmara dos Deputados que estabelece um prazo de 25 anos para a abertura dos documentos ultrassecretos, com uma única renovação deste prazo. Gabeira classificou que o acesso aos documentos públicos é fundamental para historiadores e para a afirmação da maturidade democrática brasileira. De acordo com Dennis Lerrer Rosenfield, professor de filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em coluna ao *Estado*, a abertura de arquivos deveria estar acima de conflitos político-partidários, pois a manutenção do sigilo comprometeria o conhecimento, a memória e a História do país. Segundo Rosenfield, no que tange aos documentos relativos ao período militar, nenhuma informação pode ser omitida, caso contrário, corre-se o risco da prevista Comissão da Verdade tornar-se “Comissão da Mentira”. Para ele, a alegação por parte do governo de que a divulgação de alguns documentos poderia comprometer a relação do Brasil com seus vizinhos não se sustenta à medida que as questões do passado, inclusive fronteiriças, foram solucionadas por meio de guerras, acordos e tratados, havendo, portanto, a co-responsabilidade dos países na resolução desses conflitos. Em coluna opinativa para *Folha*, Carlos Heitor Cony asseverou que abertura dos arquivos poderia desatar o “nó da questão” referente aos possíveis crimes cometidos no regime militar (1964-1985). (Folha de S. Paulo – Opinião – 21/06/11; Folha de S. Paulo – Opinião – 24/06/11; Folha de S. Paulo – Poder – 24/06/11; O Estado de S. Paulo – Opinião – 20/06/11; O Estado de S. Paulo – Sociedade Aberta – 24/06/11)

3- Dilma Rousseff quer votação às pressas para a criação da Comissão da Verdade

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo* a presidente da República, Dilma Rousseff, ordenou que os ministérios da Defesa e dos Direitos Humanos acelerem as articulações com deputados e senadores no que diz respeito ao debate sobre a aprovação da Comissão da Verdade. O ponto mais importante da Comissão, de acordo com o jornal, é a responsabilização de agentes do Estado por mortes, torturas e assassinatos no período 1946-1988, e para assegurar a concordância dos militares, o texto atual prevê que a Comissão não terá o poder de apontar culpados nem de pedir providências à Justiça. No entanto, entidades ligadas a ex-combatentes da esquerda querem que os integrantes da futura Comissão responsabilizem os agentes e os encaminhem para o Ministério Público Federal, a fim de processá-los. Os dois lados discordam ainda da obrigação da Comissão de não divulgar informações sigilosas e da prerrogativa de suas atividades serem secretas em casos que possam ferir a honra e a integridade dos investigados. De acordo com o jornal, os militares insistem que a tentativa de se construir a narrativa oficial da época do regime militar (1964-1985) também apure ações armadas e assassinatos promovidos pela esquerda. Apesar do empenho do governo, já há resistências diante da tentativa de impor urgência na tramitação do projeto que estabelece a referida Comissão, e, de acordo com a avaliação do Planalto, esta antecipação eleva o risco do projeto não sair do papel. Oscar Pilagallo, em coluna opinativa para a *Folha*, afirmou que qualquer que seja o alcance da Comissão, esta é a conta que a sociedade brasileira pagará por ter vivenciado uma transição pacífica do regime militar para a democracia. (Folha de S. Paulo - Poder - 22/06/2011)

4- Ação conjunta envolvendo as Forças Armadas pretende reduzir contrabando

Os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* divulgaram um projeto do governo brasileiro para reduzir o contrabando de carros, armas e drogas entre os países que fazem fronteira com o Brasil. De acordo com a *Folha*, o intenso fluxo de carros roubados no Brasil para cidades bolivianas fez com que o Exército brasileiro desse início à Operação Atalaia, contando com a atuação de 500 homens nas cidades fronteiriças de Corumbá e Porto Murtinho, no estado do Mato Grosso do Sul. Segundo o *Estado*, o governo iniciará o Plano Estratégico de Fronteiras, com verba estimada em R\$ 120 milhões, para proteger as regiões limítrofes com o Paraguai e a Bolívia, além do chamado “trapézio amazônico” nas divisas com o Peru e a Colômbia. Um acordo entre o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e o ministro da Defesa, Nelson Jobim, prevê uma ação conjunta entre as Polícias Federal e Militar, as Forças Armadas e a Força Nacional de Segurança. O *Estado* esclareceu ainda que o suporte das Forças Armadas é importante, pois os contrabandistas atuam em áreas de difícil acesso e também porque o Ministério da Defesa já mantém os radares do Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam) e 22 Pelotões Especiais de Fronteira em seis estados brasileiros. (Folha de S. Paulo – Mundo – 19/06/2011; O Estado de S. Paulo – Notas e Informações – 19/06/2011)

5- Fuzileiros navais atuam em operação no morro da Mangueira

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, fuzileiros navais da Marinha auxiliaram a operação policial que ocupou, no dia 19/06/11, o morro da Mangueira, localizado na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, para a instalação de uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). Dos quatorze veículos blindados utilizados na operação, seis pertenciam à Marinha. Para o secretário de Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, a operação foi bem-sucedida e realizada sem resistência. Até o dia 19/06, haviam sido apreendidos 32 veículos roubados, 35 quilos de maconha e um fuzil. (O Estado de S. Paulo – Metrópole – 20/06/11)

6- General da reserva critica o sucateamento das Forças Armadas

Em coluna opinativa para o jornal *O Estado de S. Paulo*, o general da reserva Luiz Eduardo Rocha Paiva, membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, defendeu um maior investimento na área da defesa. Segundo Paiva, devido às conjunturas interna e externa, as Forças Armadas Brasileiras encontram-se “raqúiticas, obsoletas e sem um projeto integrado que oriente sua evolução”. O ex-comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército criticou o fato do Brasil almejar ser uma potência global e não investir na defesa de seu território, com ênfase na “Amazônia Verde” e na “Amazônia Azul”, fontes de “riquezas cobiçadas por potências contra as quais não temos a menor capacidade de dissuasão”. O ex-militar ressaltou a necessidade de o país possuir Forças Armadas condizentes e atuantes com os desígnios de sua política externa. Todavia, considera que o Brasil errou ao seguir a cartilha das potências ocidentais no pós-Guerra Fria, ao direcionar suas Forças Armadas para o enfrentamento das chamadas “novas ameaças”. Segundo Paiva, essa submissão distorceu a real necessidade estratégica brasileira. Ao considerar que o Ministério da Defesa possui um papel secundário nas decisões em política externa, em detrimento das decisões do Ministério das Relações Exteriores (MRE), o ex-militar afirmou que o MRE “endossa a ideia de Brasil potência da paz, cuja atuação restrita ao soft power seria suficiente para uma forte influência internacional, dispensando um poder militar compatível com seu perfil estratégico”. (O Estado de S. Paulo – Opinião – 21/06/11)

7- Documentos da Igreja Católica relatam torturas ocorridas no regime militar

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, durante os anos do regime militar (1964-1985), d. Paulo Evaristo Arns, arcebispo da Igreja Católica, enviou documentos ao exterior que relatavam crimes cometidos por militares no período, com a finalidade de divulgar os acontecimentos no Brasil. O jornal teve acesso a alguns dos documentos que foram guardados pelo Conselho Mundial de Igreja, em Genebra (Suíça), nos quais constam o nome de 444 torturadores e 240 lugares onde ocorriam as ações. Entre os arquivos, encontra-se um depoimento da atual presidente da República, Dilma Rousseff, que na época revelou que foi “torturada física, psíquica e moralmente” após ser presa, em 1970. Em outro processo, Rousseff apontou como um dos torturadores o então capitão Maurício Lopes Lima, que em 2010 rechaçou a hipótese de ter participado das sessões de tortura. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 21/06/11)

8- Cooperação entre Brasil e Colômbia contra o narcotráfico tende a se ampliar
De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o Brasil e a Colômbia pretendem firmar um acordo especial de vigilância de fronteiras, respeitando os princípios da soberania e da reciprocidade. O acordo criará uma faixa de terra envolvendo os dois lados da fronteira para livre circulação e cooperação entre militares e agentes federais dos dois países. O objetivo central é ampliar o acordo em vigor sobre vigilância aérea para as fronteiras terrestres. Se consolidado, o instrumento estabelecerá uma faixa de 300 quilômetros para a vigilância comum das Forças Aéreas brasileira e colombiana, sem precisar invadir o espaço aéreo um do outro, e assim poderão monitorar ininterruptamente qualquer aeronave suspeita. No acordo terrestre, será estabelecida uma faixa de rios que ambos os países poderão percorrer, considerando os “rios entrantes” que compõe os 1644 quilômetros de fronteira. Segundo o ministro da Defesa, Nelson Jobim, “o acordo de cooperação para vigilância de fronteiras dá mobilidade aos militares e agentes federais”. A coordenação das operações na região ficará sob a tutela do Comando Militar da Amazônia. O governo deseja que o acordo com a Colômbia sirva de modelo para negociações com Peru e Venezuela, e também para poder liderar o processo de “cooperação regional” por consenso em matéria de segurança, estabelecido na III Reunião Ordinária do Conselho de Defesa Sul-Americano, organismo da União de Nações Sul-Americanas (Unasul). Além da vigilância de fronteiras, os países pretendem homogeneizar regras sobre marcação e rasteio de armas, medidas de prevenção e impedimento da ação de grupos armados e luta contra o terrorismo. O Brasil já tem colaborado com os países vizinhos no combate ao crime organizado, disponibilizando dados do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam). (*O Estado de S. Paulo* – Nacional – 24/06/11)

SITES DE REFERÊNCIA

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br
Jornal do Brasil – www.jb.com.br
O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo na íntegra de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

****Equipe:**

Alexandre Oliveira (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Ana Paula Silva (Supervisora, mestranda em História), Diego Barbosa Ceará (Redator, mestrando em História, bolsista FAPESP); Etelmar Cristina Citrângulo Morente (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Fred Maciel (Redator, mestrando em História); Heed

Mariano Silva Pereira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Mariana de Freitas Montebugnoli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Victor Missiato (Redator, mestrando em História, bolsista CAPES)